

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

AUTOS Nº 1.088.795 – DENÚNCIA

CONSELHEIRO-RELATOR: JOSÉ ALVES VIANA

ASSUNTO: Defesa - *DENÚNCIA referente aos desdobramentos do Pregão Eletrônico nº 001/2020 da Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais” (INDI/MG).*

MEDIDA CAUTELAR: Pedido para a administração suspender a sessão e reconhecida a ilegalidade da rede exigida.

REPRESENTANTE: Empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.604.122/0001-97, com sede à Rua Machado de Assis, nº 904, centro, na cidade de Uberlândia-MG, CEP 38400-112, por intermédio de seu procurador infra-assinado, vem apresentar

DEFESA

em virtude do despacho proferido, pelo Conselheiro José Alves Viana, pelas razões de direito a seguir apresentadas.

I. FATOS

1. A empresa foi notificada da Denúncia acima mencionada que em apertada síntese trata-se de processo licitatório em que a denunciante alegava a impossibilidade de execução da sessão pública, tendo em vista a pandemia do COVID - 19.

2. Alega também que a rede exigida pelo edital é excessiva, e que padece de ilegalidade, por não ser tangível tal exigência.

3. O Ministério Público já apresentou parecer no sentido de que não existe necessidade de adiamento da sessão (já ocorrida) em função da pandemia, haja vista a essencialidade do serviço pelo órgão, e requereu a manifestação das outras partes para que prestasse esclarecimentos no que tange a exigência de rede.

4. Assim sendo, eis os motivos que se seguem.

II. DIREITO

II.1 – DO ADIAMENTO DA SESSÃO

5. No que diz respeito à necessidade de adiamento da sessão em virtude da pandemia, acreditamos ser matéria já superada no presente caso.

6. Digo isso, pois conforme o próprio Ministério Público ressaltou, o serviço contratado é de extrema essencialidade para o Órgão, e para que o mesmo continuasse executando eficientemente suas atividades, não haveria como suspender a contratação de tal serviço, sendo passível inclusive de ensejar uma dispensa da licitação em caso de suspensão do certame.

7. Corroborando com tal pensamento, nota-se que o pregão ocorreu eletronicamente e que a denunciante participou normalmente da sessão, ou seja, tal matéria já se encontra superada.

II.2 – DA SUPOSTA ILEGALIDADE DA REDE

8. A denunciante diz em sua manifestação que a rede exigida pelo Órgão seria desnecessária e excessiva, o que eivaria o instrumento convocatório de ilegalidade.

9. Ora, o primeiro ponto a ser analisado na presente denúncia é a contradição da própria denunciante no caso concreto. Como pode apresentar tal denúncia e mesmo assim

participar do processo licitatório? Caso fosse a empresa vencedora, como iria cumprir com as exigências editalícias?

10. Nota-se que, olhando criticamente pro quadro acima descrito, a Denúncia na verdade possuía apenas um caráter protelatório através de possível liminar que determinasse a suspensão do certame.

11. Neste mesmo sentido, conforme analisado pelo Ministério Público, a empresa TRIVALE apresentou comprovação essencialmente nos principais estados exigidos pelo Órgão, mas em verdade, a TRIVALE possui rede credenciada em diversos estados da federação, e pode cumprir as exigências feitas em edital.

12. Entendemos que a vinculação ao instrumento convocatório é princípio essencial do direito administrativo, apesar das dificuldades apresentadas, a empresa TRIVALE cumpre com todas as exigências editalícias. Tudo faz parte da adequação das empresas que pretendem uma contratação com o Órgão para atender suas necessidades.

13. Senhor Conselheiro, o contrato já se encontra em execução sem nenhuma problemática, pelo contrário, a relação contratual existente tem se dado de maneira eficiente, conforme é exigido em todos os contratos administrativos.

14. Ressaltamos ainda que, a empresa PRIME PARTICIPOU DO CERTAME! Nenhuma das irregularidades por ela apontada fez com que esta desistisse da participação, sendo clara manobra que intenta a simples rescisão contratual para que novo certame ocorra.

15. Por fim, aproveitamos ainda para apresentar atestado dos estabelecimentos credenciados pela TRIVALE que comprovam nossa viabilidade em cumprir os termos editalícios nas demais localidades exigidas pelo instrumento convocatório, mostrando que não merece prosperar a denúncia realizada pela empresa PRIME.

III. PEDIDO

Diante do exposto, tendo em vista a documentação apresentada, requer:

a) Seja julgada inepta a Denúncia apresentada pois não traz em seu bojo qualquer conduta ilegal praticada pelas denunciadas, ou mesmo a administração, tendo em vista os documentos apresentados, sendo certo que a administração tem pautado suas decisões na vantajosidade e nas orientações gerais em vigência.

b) Alternativamente, caso não seja este o entendimento de Vossa Excelência, seja proferida decisão resguardando a segurança jurídica e ato jurídico perfeito, que seja decidido pela manutenção do contrato, haja vista que o edital conforme apresentado, não impediu a participação da denunciante no certame, alterando apenas o que fora impugnado pelo Ministério Público, mantendo-se então a vantajosidade e eficiência da contratação já em andamentos.

Requer, ainda, sob pena de ineficácia do ato, que todas as intimações derivadas desta Representação sejam realizadas necessariamente em nome de **Wanderley Romano Donadel, OAB/MG 78.870**, no endereço contido na nota de rodapé.

Nestes termos, aguarda deferimento.

De Uberlândia-MG para Belo Horizonte-MG, 20 de outubro de 2020.

TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA.

WANDERLEY ROMANO DONADEL
OAB/MG 78.870